



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO N.º 031/2019
AEROPORTO REGIONAL DE SANTO ÂNGELO

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**, sito na Av. Borges de Medeiros, n. 1501, 7º andar, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 08.838.143/0001-89, representado neste ato pelo seu titular **Sr. Juvir Costella**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 280.084.210-53, doravante denominado **CONCEDENTE**, e **PAULA GABRIELA DALLA PORTA**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 009.025.790-10, Carteira de Identidade nº 1084721561, residente na Rua Marquês do Herval nº 1969, na cidade de Santo Ângelo, doravante denominado **CONCESSIONÁRIA**, para a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo eletrônico **PROA 19/1800-0001226-0**, regendo-se pelo artigo 1º da Lei nº 5.332/67, art. 40 da Lei Federal nº 7.565/86 – Código Brasileiro de Aeronáutica, de 19 de dezembro de 1986, Resolução Nº 302 da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC de 05 de fevereiro de 2014, e demais legislações pertinentes, assim como pelas cláusulas a seguir expressas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a Concessão de área ATP no Aeroporto Regional de Santo Ângelo, composta de três salas – AIS, Rádio Meteorologia e Equipamentos, totalizando 24,61 m², para Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA, atividade operacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 - A contraprestação que a CONCESSIONÁRIA pagará mensalmente à CONCEDENTE será de R\$ 341,59 (trezentos e quarenta e um reais com cinquenta e nove centavos), de acordo com a Tabela 2 da Portaria ST 081/2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 02/10/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

3.1. O preço do presente contrato será reajustado sempre que houver a atualização dos valores básicos de preços específicos mensais para ocupação de áreas e instalações aeroportuárias, referentes à exploração de serviços aéreos públicos, os quais são fixados em Portaria própria da Secretaria de Logística e Transportes.

3.2. O reajuste será implementado a partir do mês subsequente ao da publicação da portaria de atualização, de forma automática, sem a necessidade de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento do valor retributivo e das taxas de ressarcimento deverá ser efetuado pela CONCESSIONÁRIA, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente ao vencimento, através da Guia de Arrecadação - GA, cujo código é 505. A GA deverá ser gerada pela Concessionária, através da Internet, disponível no site www.transportes.rs.gov.br – Serviços e Informações – ST - Guias de Arrecadação/Taxas de Serviço – CONCESSÃO DE DIREITO DE USO – ÁREA AEROPORTO e/ou RESSARCIMENTO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS/ OPERACIONAIS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RECEITAS

5.1 - As receitas decorrentes do presente contrato serão registradas segundo a classificação 1310.02.1.1.0001.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

6.1 - Os valores do presente contrato, não pagos até o vencimento da obrigação sofrerão a multa prevista no item “b” da Cláusula Décima Segunda e serão corrigidos, desde então até a data do efetivo pagamento, pro-rata die, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS

7.1 - O prazo de vigência deste contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, enquanto vigente a outorga para a exploração do serviço aéreo público a que se vincula a utilização da área, mediante Termo Aditivo, condicionado a motivação por qualquer das partes, com antecedência mínima de 30 dias, respeitado o prazo máximo de 25 anos, conforme dispõe o artigo 14 da Resolução nº 302, de 05 de fevereiro de 2014, da ANAC.

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

7.2 – As prorrogações de prazo estarão sujeitas à avaliação do interesse público e condicionadas a motivação por qualquer das partes, com antecedência mínima de 30 dias do término de sua vigência, devendo serem firmadas mediante termos aditivos ao contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS BENFEITORIAS E DA CONSERVAÇÃO

8.1. As edificações, benfeitorias e instalação permanentes que vieram a ser efetuadas pela CONCESSIONÁRIA, deverão obedecer, aos projetos e especificações aprovadas expressa e previamente pela CONCEDENTE, sem prejuízo do cumprimento de outras exigências advindas do Poder Público.

8.2. As benfeitorias e instalações permanentes que vierem a ser efetuadas passarão à propriedade da CONCEDENTE, independentemente de qualquer indenização, ressalvadas as benfeitorias móveis e desmontáveis, tais como, estruturas metálicas, de fechamento, divisórias, lambris, biombos, luminárias ou outras, que poderão ser retiradas pela CONCESSIONÁRIA, desde que não integrem a estrutura e a essência do imóvel, correndo por sua conta as despesas com remoção e os riscos decorrente de seu levantamento;

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

9.1 - Dos Direitos:

9.1.1 - da CONCEDENTE

9.1.1.1 - perceber o valor ajustado, na forma e no prazo convencionado; e

9.1.1.2 - designar servidores para fiscalizar o cumprimento de cláusulas contratuais, notadamente as condições de higiene, asseio, conservação e segurança, bem como a qualidade do atendimento oferecido ao público alvo.

9.1.1.3- o Administrador Local – AAL SBNM terá livre acesso às áreas descritas na Cláusula Primeira – Do Objeto, sempre que for necessário;

9.1.1.3.1- no caso de apoio ao balizamento terá acesso à área ATP - Sala EPTA, o Administrador Local ou alguém por ele autorizado.

9.1.1.4 - findo ou rescindido o contrato, receber a área descrita na Cláusula Primeira – Do Objeto, em perfeitas condições de uso.

9.1.2 – da CONCESSIONÁRIA

9.1.2.1- receber as áreas descritas no Objeto deste contrato, nas condições em que se encontram.

9.2– das Obrigações:

9.2.1 – da CONCEDENTE:

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

9.2.1.1- Ceder a concessão de uso à CONCESSIONÁRIA para exploração das áreas descritas na Cláusula Primeira – Do Objeto, dando as condições necessárias a regular execução do presente contrato.

9.2.2 – da CONCESSIONÁRIA:

9.2.2.1 - Contratar seguro contra incêndio e de responsabilidade civil geral proporcional à área utilizada, cobrindo pessoas, bens e coisas de terceiros, quando no interior de suas instalações;

9.2.2.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

9.2.2.3 – Atender com elevado padrão, mantendo em serviço sempre número suficiente de empregados;

9.2.2.4 - Cumprir e fazer cumprir pelos seus empregados, prepostos e contratados, as instruções e regulamentos da CONCEDENTE, visando a boa ordem dos serviços que ali operam, bem como a segurança aeroportuária;

9.2.2.4.1 - Sempre que forem solicitados os serviços da EPTA, para apoio noturno, a Concessionária operadora dos serviços deverá comunicar aos solicitantes que deverão entrar em contato com a Administração Local, informando o número do telefone, com vistas a esclarecimentos quanto à forma e valores de cobrança das facilidades aeroportuárias, nos termos do item 1 da Portaria SELT 081/2019, de 02/10/2019.

9.2.2.5 – Conservar e manter a área em perfeitas condições de funcionamento, segurança, conservação e limpeza, dando solução adequada à retirada de lixo e seu depósito em local designado pelo Administrador Local do Aeroporto, arcando com as despesas para tanto necessárias e garantindo o estrito cumprimento da legislação ambiental vigente;

9.2.2.6 - Pagar juntamente com o estipulado na Cláusula Quarta uma taxa de ressarcimento de água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica e outras taxas, se houverem, cujo valor será determinado através de rateio feito pela CONCEDENTE, bem como quaisquer ônus que recaiam sobre a área utilizada, incluindo-se tributos municipais, estaduais ou federais;

9.2.2.7 - Apresentar relação dos aparelhos/equipamentos elétricos que forem instalados no local, até 5 dias após o recebimento da Autorização de Início, informando quantidades, potência (w) de consumo de cada um e tempo de uso diário, tendo em vista o cálculo do consumo de energia elétrica mensal, ou instalar medidor próprio para a leitura mensal e individual pela Administração Local, com o fim de ressarcimento do valor respectivo; e/ou no mesmo prazo, fazer instalação de um medidor eletrônico específico para as instalações elétricas da área objeto; ou, se for o caso, solicitar a ligação elétrica para a área objeto diretamente à companhia de energia elétrica;

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

9.2.2.8 - Não poderá realizar obras ou benfeitorias, nem transferir a presente concessão a terceiros, sem que haja autorização prévia e expressa da CONCEDENTE;

9.2.2.9 – Respeitar e cumprir integralmente o horário de funcionamento, diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, , de acordo com horário determinado no ROTAER e conforme a necessidade das solicitações para a prestação dos serviços de EPTA.

9.2.2.10 – Instalar na área, às próprias expensas, todos os equipamentos necessários e indispensáveis de acordo com os projetos aprovados pela CONCEDENTE – máquinas, móveis e utensílios ou benfeitorias e instalações fixas que venham a ser construídas – no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da autorização para início da concessão, os quais poderão ser retirados, desde que não integrem a estrutura e substância do imóvel, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA as despesas com remoção e o risco pelo seu levantamento;

9.2.2.11 – A CONCESSIONÁRIA é responsável por todos e quaisquer danos que causar à CONCEDENTE e/ou a terceiros, ocorridos na área ocupada no aeroporto, inclusive os praticados por pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas por prestação de serviços, devendo indenizar, de imediato, a parte prejudicada consoante art. 927 do Código Civil;

9.2.2.12 – Adequar as necessidades de suas atividades à capacidade técnica das instalações do aeroporto, bem como encerrar qualquer atividade que venha a ser proibida por órgão competente;

9.2.2.13 - Submeter-se à fiscalização da CONCEDENTE, através de seus agentes especialmente designados e apresentar durante a execução do contrato, sempre que solicitados documentos que comprovem o regular cumprimento da legislação em vigor, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais;

9.2.2.14– Comunicar, de imediato, qualquer alteração ocorrida em seu Contrato ou Estatuto Social, incluindo fusão ou cisão de capital social ou transferência de cotas, cuja ocorrência ensejará, de imediato, a revisão das condições contratuais, bem como manter atualizado o endereço para correspondências;

9.2.2.15 - Fornecer à Administração Local do Aeroporto a relação nominal do pessoal que trabalhará no local, com a respectiva qualificação, atualizando-a quando ocorrer qualquer alteração;

9.2.2.16. Os prepostos e funcionários deverão estar identificados com credenciais que serão fornecidos pelo DAP, por solicitação do Concessionário, conforme atos normativos da ANAC (IAC e/ou Resoluções). As credenciais serão fornecidas mediante reembolso dos respectivos custos, através de Guia de Arrecadação do Tesouro do Estado – GA;

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

9.2.2.17 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, em especial pela Resolução ANAC n.º 302/14, de 05/02/2014 e legislação pertinente;

9.2.2.18 - Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas de seus empregados, bem como pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato; e

9.2.2.19 - Restituir a área concedida em perfeitas condições, no prazo de, até, 30 dias, findo ou rescindido o contrato, formalizado através de Termo de Vistoria da Área, assinado pelas partes e acompanhado de laudo técnico emitido por profissional legalmente habilitado, com a assunção de eventuais despesas decorrentes.

9.2.2.20 Atender a legislação vigente sobre Prevenção de Acidentes, Segurança e Higiene do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, Lei federal nº 8.666/93.

11.2 O presente contrato poderá ser denunciado a qualquer tempo por interesse administrativo, sem que caiba à CONCESSIONÁRIA, a qualquer título, indenização ou compensação pela rescisão do contrato.

11.3 Durante a vigência deste instrumento, ficará sujeita a CONCESSIONÁRIA se der causa à rescisão, a indenizar ao CONCEDENTE em tantas vezes o valor mensal quantos forem os meses que faltarem para o término do contrato, considerando como base de cálculo o valor mensal vigente à época da rescisão.

11.4 Findo ou rescindido o contrato, o CONCEDENTE entrará de imediato e de pleno direito, na posse de área, sem que assista à CONCESSIONÁRIA qualquer direito à indenização ou compensação.

11.5 Na ocorrência de qualquer hipótese a CONCESSIONÁRIA, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, deverá retirar da área, os bens, mobiliários e equipamentos de sua propriedade, sob pena de não o fazendo, serem os mesmos considerados abandonados e com destinação a critério do CONCEDENTE.

11.6 Até a efetiva desocupação da área a CONCESSIONÁRIA obriga-se ao pagamento do preço específico e dos demais encargos estabelecidos neste contrato.

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

12.1 No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONCESSIONÁRIA, ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados:

a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

b) Multas sobre o valor atualizado do contrato:

- de 10% (dez por cento) pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

- de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as condições e/ou negligência na execução do objeto contratado;

- de 0,5 % (zero, cinco por cento) por dia de atraso que exceder o prazo fixado para pagamento do valor retributivo mensal, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor da obrigação;

- de 5 (cinco) vezes o valor mensal, vigente na época, pelo abandono da área;

c) suspensão do direito de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a seguinte graduação:

- 6 (seis) meses pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

- 1 (um) ano, pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;

- 2 (dois) anos pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, nos casos de prática de atos ilícitos visando frustrar a execução do contrato, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único – a multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causado ao interesse público e da possibilidade de rescisão contratual.

12.2. Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

12.3. Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

12.4. Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.

12.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

12.6. A aplicação de sanções não exime a(o) CONCESSIONÁRIA(O) da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

12.7. As multas deverão ser recolhidas, por guia de arrecadação, código 505, conforme disposto no Decreto nº 46.566/2009, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

13.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1 Assim sendo, e por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em duas (2) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante signatárias, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, elegendo o Foro de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste instrumento.

Porto Alegre, de de 2019.

JUVIR COSTELLA
Secretaria de Logística e Transportes
Concedente

Paula Gabriela Dalla Porta
PAULA GABRIELA DALLA PORTA
Concessionária

Testemunhas:

Paulo Barcellos Dalla Porta 39464830034

Roxa Cécilia Cordeiro
470.827.800-44

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º Andar – Porto Alegre/RS CEP 90190-900
Fone: (51) 3288-5300



Nome do documento: Contrato de Concessao Remunerada de Uso n 031_2019 - assinado.pdf

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

Juvir Costella

SELT / GAB / 259369608

21/07/2020 15:17:29



resolvem rescindir o contrato nº 0000094/2014, celebrado em 21/08/2014, a partir de 18/05/2020. As partes, dão a mais ampla e geral quitação, declarando nada mais ter a reclamar em tempo algum relativamente ao referido contrato.

Protocolo: 2020000449134

SÚMULA DE ADITAMENTO DE CONTRATO

PROCESSO: Nº0000355/2020 - 01 - EMPRESA: FAST CARD SOLUTIONS LTDA - OBJETO: EXCLUSÃO DE POSTOS DE ATENDIMENTO - VALOR: R\$ 40.172,62 - PRAZO: . - DATA CONTRATO: 07/07/2020 - ENQUADRAMENTO LEGAL: Art. 81, inciso II e §1º e art. 72 da Lei 8.666/93.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

JUVIR COSTELLA
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar
Porto Alegre / RS / 90119-900

Gabinete do Secretário

JUVIR COSTELLA
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar
Porto Alegre / RS / 90119-900

Atos Administrativos

Protocolo: 2020000449135

APOSTILA À PORTARIA Nº 081/2019

O Secretário de Logística e Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, considerando o advento da Lei nº 15.246, de 2 de Janeiro de 2019, que introduz modificações na Lei nº 14.733, de 15 de setembro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências, resolve alterar, mediante o presente Termo de Apostilamento, a Portaria nº 081/2019, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Apostilar a Portaria nº 081/2019, expediente administrativo nº 17/1800-0000136-5, que passa a ter a seguinte alteração no Item 5:

Onde se lê: “5. FIXAR o valor básico de preço específico mensal, de R\$ 1.000,00 (mil reais), como taxa de acesso, para instalações aeroportuárias, em área particular/privada, que tenham acesso direto ao aeroporto, para contratos novos e renovações de contratos vigentes”.

Leia-se: “5. FIXAR o valor básico de preço específico mensal, de R\$ 1.000,00 (mil reais), como taxa de acesso, para instalações aeroportuárias, em área particular/privada e pública, que tenham acesso direto ao aeroporto, para contratos novos e renovações de contratos vigentes”.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Portaria inicial que não foram alteradas expressamente por meio do presente instrumento.

Porto Alegre, 21 de julho de 2020.

JUVIR COSTELLA
Secretário de Estado de Logística e Transportes

Contratos

Protocolo: 2020000449136

SÚMULA DO CONTRATO DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO Nº 031/2019

Processo Administrativo Eletrônico nº 19/1800-0001226-0

Partes: Secretaria de Logística e Transportes e Paula Gabriela Dalla Porta;

Objeto: Concessão de área ATP no Aeroporto Regional de Santo Ângelo, composta de três salas – AIS, Rádio Meteorologia e Equipamentos, totalizando 24,61 m², para Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA,

atividade operacional ;

Valor: R\$ 341,59 (trezentos e quarenta e um reais com cinquenta e nove centavos), de acordo com a Tabela 2 da Portaria ST 081/2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 02/10/2019;

Prazo: 24 (vinte e quatro) meses;

Base Legal: Artigo 40 da Lei 7.565/86 – Código Brasileiro Aeronáutico.

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE

PAULO FERNANDO CURI ESTIMA
Av. Honório Bicalho, s/nº, bairro Getúlio Vargas
Rio Grande / RS / 96201-020

Divisão de Contratos

ANTONIO CLEBER ROCHA GOULART
Av. Honório Bicalho, s/nº - Bairro Getúlio Vargas
Rio Grande / RS / 96201-020

Contratos

Protocolo: 2020000449137

SUPRG

Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Logística e Transportes

SÚMULA DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 817/2017

CONTRATANTES: Superintendência do Porto do Rio Grande – **SUPRG** e **Acquaplan Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda.**

DO OBJETO: É objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato Original.

DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, a contar do dia 29 de julho de 2020, o prazo de que trata a Cláusula Quarta – Do Prazo Contratual do Contrato Original, extinguindo-se a prorrogação em 28 de janeiro de 2021.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Todos os documentos atinentes a este Contrato encontram-se no Processo Administrativo nº 000794-04.43/16-0, ficando eleito o foro da cidade de Rio Grande/RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente.

Rio Grande, 21 de julho de 2020.

Paulo Fernando Curi Estima
Diretor Superintendente da SUPRG

Protocolo: 2020000449138

SUPRG

Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Logística e Transportes

CONTRATO DE TRANSIÇÃO Nº 1079/2020

CONTRATANTES: Superintendência do Porto do Rio Grande – **SUPRG** e a empresa **BRASKEM S/A.**

DO OBJETO: Constitui objeto do contrato uma área localizada dentro da área do Porto Organizado do Rio Grande, medindo 31.217,20m² (Trinta e um mil, duzentos e dezessete metros quadrados e vinte centímetros quadrados), conforme indicações e